

**APRESENTAÇÃO DA  
REVISTA PORTUGUESA DE ARQUEOLOGIA,  
LISBOA, DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL,  
VOL. 21, 2018<sup>1</sup>**



Trata-se, como todos sabemos bem, de uma revista muito prestigiada no panorama arqueológico português, coordenada por António Marques de Faria, da DGPC, e, segundo fui informado, não possuindo para já Conselho Redatorial, mas indo passar a tê-lo a partir do próximo número, o 22, de 2019.

O presente volume, com 208 páginas, contém 14 artigos sobre assuntos muito variados, seguindo uma ordem temática cronológica.

Os primeiros 5 interessam à Pré-história; os 3 seguintes à Proto-história; seguem-se 4 que se reportam à época romana; e, finalmente, o volume conclui com 2 trabalhos sobre temas de arqueologia histórica mais recente.

Independentemente da cronologia, os assuntos de que os artigos dão conta, ou as motivações/condições de pesquisa de que são resultado, apresentam-se também diversos, conferindo aos textos grande variedade: 5 resultam diretamente de escavações, 6 constam de análises de objetos (artefactos) de diversificado teor, um incide sobre fauna também recolhida em escavações, e, finalmente, 2 debruçam-se sobre temas epigráficos.

---

<sup>1</sup> Texto lido no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, em sessão presidida pela Ex.ma Senhora Arquitecta Paula Silva, Diretora-Geral do Património Cultural, no dia 5 de dezembro de 2018.

Seguindo a ordem de publicação, direi algumas palavras muito sucintas sobre cada artigo, abstendo-me o mais possível de confundir esta apresentação com uma “recensão crítica”, não só descabida aqui hoje, como ultrapassando largamente a minha competência.

Em **Para o estudo do Neolítico Médio: o sítio da Fábrica de Celulose, Mourão** (pp. 5-23), Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares debruçam-se sobre os resultados das escavações levadas a efeito em 1999 e 2000 neste sítio da margem esquerda do Médio Guadiana, agora em grande parte sob as águas do regolfo do Alqueva. De 30.000 m<sup>2</sup> que poderia ter abarcado, foram escavados 60 m<sup>2</sup>. Os autores consideram ser um sítio dos inícios do Neolítico Médio, datável de 4500 a 3600 cal BC, e relacionam-no com a prática de pastoreio seminómada, ligado a povoados de ocupação efêmera, e com possibilidade de ser contemporâneo da anta 1 das Vidigueiras ou do Poço da Gateira, de corredor curto, que lhe fica próxima.

Em **O Neolítico da Juromenha 1 (Alandroal, Alentejo Central): vinte anos depois** (pp. 25-43), Rui Mataloto e colaboradores apresentam os resultados das escavações de 1998 neste possível recinto de fossos em parte submerso pelas águas da barragem do Alqueva, escavações essas bastante condicionadas pela plantação recente (2016) no local de um pomar em exploração, o que dificulta muito os estudos, e ameaça mesmo o que resta da estação arqueológica. Por essa razão os autores promoveram prospecções geofísicas, cuja área desejariam alargar. Consideram que a partir da segunda metade do IV milénio a.C. se dá a multiplicação de recintos de fossos, locais comunitários de agregação, por vezes delimitados por fossos sinuosos, como acontece no sítio próximo de Malhada das Mimosas, ou, mais para sul, em Águas Frias, em cuja planta se notam as tais sinuosidades dos fossos, em forma de lóbulos, a recordar-me — esta analogia é da minha lavra —, em negativo, o que ocorre, em positivo, com os chamados “bastiões”, nos habitualmente designados “povoados fortificados” calcolíticos. Neste aspecto, como os autores referem, o estudo sistemático do complexo dos Perdigos, em Reguengos, tem sido crucial.

Em **O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas): principais resultados dos trabalhos de escavação** (pp. 45-56), António Faustino Carvalho e colaboradores descrevem o resultados dos trabalhos realizados em 2014 e 2015 numa área do interior daquele convento, onde existiam ainda os restos basais de um hipogeu, ou cavidade de uma só galeria aberta no tufo, contendo ossos humanos e artefactos tipicamente campaniformes. Para além de enterramentos primários, notou-se a existência de ossários, podendo deduzir-se a presença de pelo menos 15 indivíduos, material cujo estudo exaustivo ainda decorre. Os autores fazem notar o ponto elevado, proeminente, em que o sepulcro se encontrava, e também o facto de se situar bem a norte dos exemplares mais conhecidos da mesma tipologia, nos distritos de Lisboa e Setúbal.

Em **150 anos depois: uma rara placa de xisto decorada encontrada na gruta da Casa da Moura (Óbidos)** (pp. 57-69), João Luís Cardoso procede não só à apresentação daquele artefacto, efetivamente de tipologia decorativa pouco comum, com a representação ocular sugerida por bandas simétricas encurvadas, as superiores quase lembrando a forma de báculos (minha leitura), como também procura homenagear o primeiro estudioso da gruta, Nery Delgado. Este, de facto, ao publicar esta gruta pré-histórica em 1967, tornou-a na primeira a ser assim divulgada na Península Ibérica, para além de, na perspetiva do autor (João Cardoso), Delgado ter sido o primeiro estudioso a nível mundial a realizar o registo tridimensional dos achados durante as suas escavações, assunto que desenvolverá em trabalho que anuncia estar efetuando.

Em **Têxteis arqueológicos pré-históricos do território português: identificação, análise e datação** (pp. 71-82), António Monge Soares e colaboradores apresentam os resultados da informação extraída de vários pedaços conservados de tecidos de linho, muito finos, e a que por isso dão o nome de tafetá (o qual normalmente conotamos mais com a seda). A raridade de tão frágeis fragmentos, normalmente conservados por estarem encostados a materiais de cobre, que os foram mineralizando, torna este estudo precioso. É destacada a importância do tecido proveniente da necrópole megalítica de Belle France, nas Caldas de Monchique, do III milénio a.C., por ser o exemplar mais antigo da Península até agora documentado como tendo sido decorado com recurso a colorante vermelho proveniente da raiz da planta herbácea garança, também conhecida como “ruiva-dos-tintureiros”.

Em **Dois terracotas da I Idade do Ferro da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)** (pp. 83-97), Francisco Gomes estuda duas figuras de terracota representando bovídeos (uma delas reduzida a um fragmento diminuto do corpo), provenientes da importante necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal, e exumadas por Vergílio Correia nos anos 20 do século passado. Datam segundo Gomes de fase tardia da I Idade do Ferro, e a bem conservada é muito bonita, na sua singeleza. Eram peças destinadas a serem colocadas na pira funerária das incinerações, pelo que a sua conservação se tornou problemática. De qualquer modo, como o autor refere, integram-se numa vastíssima gama de representações figurativas de inspiração oriental, e em particular zoomórficas. Oferendas funerárias, poderiam ter substituído a utilização de pedaços dos próprios animais sacrificados. Entre outros aspectos de muito interesse, o autor refere a importância dos bovídeos nesta iconografia de raiz mediterrânica, o seu carácter sacrificial, mas também a sua conotação com divindades masculinas, pelo que estas figurinhas parecem testemunhar um cruzamento entre inspirações orientais e outras, mais tardias, da II Idade do Ferro, da arte ibérica do Sudeste e do Levante peninsulares.

Em **Nuevo estudio sobre la jarra ibérica escrita de la Joncosa (Jorba, Barcelona)** (pp. 99-113), Luis Silgo Gauche dedica-se a fazer uma análise filológica da epígrafe — situada por debaixo do bordo deste vaso raro e na pança do mesmo, entre as asas — dele coetânea, concluindo finalmente que se trata de um texto de prece relativa à água e a outro elemento com ela conectado, a fertilidade do solo. O vaso foi achado em 1999 num contexto pouco claro, em escavações de emergência, mas de qualquer modo num sítio ibérico da província de Barcelona considerado rural, com habitações, fossas e silos; também aqui, infelizmente, uma grande parte da estação arqueológica havia já sido destruída aquando dos trabalhos de investigação. Este documento, segundo Maria Isabel Panosa (2002), deve datar da segunda metade do século II a.C. Entramos aqui numa temática altamente especializada, onde o próprio autor confessa ter “usado generosamente a imaginação” (p. 112), o que não é de estranhar relativamente a um mundo de escritas paleo-hispânicas muito complexo, apesar de ser alvo da curiosidade dos investigadores desde há séculos.

Em **Crónica de onomástica paleo-hispânica (26)** (pp. 115-130), António Marques de Faria prossegue o seu estudo sistemático destas fontes antigas, num trabalho técnico altamente especializado também, que se debruça sobretudo sobre exemplares espanhóis de epigrafia paleo-hispânica, e se torna verdadeiramente hermético para o não especialista. Nota-se no autor uma grande preocupação de rigor e de correção dos seus pares nas respectivas omissões, por vezes mesmo num estilo polémico, o qual lhe é permitido pela autoridade que granjeou neste âmbito altamente intrincado, mas fascinante, da onomástica paleo-hispânica.

Um trabalho decerto importantíssimo, e que, suponho, o autor desejará vir a concatenar em livro, para uso da comunidade de especialistas a que pertence e a que se destina.

Em **Birds of the Roman uilla of Almoinhas (Loures, Portugal)** (pp. 131-139), Mariana Nabais e Cláudia Costa expõem os resultados da análise da avifauna desta *villa* romana, resultados esses infelizmente muito escassos, pois foram apenas analisados 23 restos ósseos. Na maioria trata-se de galinha doméstica, havendo também um osso de perdiz e outro de ave de rapina, sendo de estranhar, como as autoras sublinham, e dada a proximidade da várzea onde corre o rio Trancão, e portanto também do Tejo, a inexistência de aves marinhas. Mas a amostragem é diminuta e o principal interesse do trabalho será o de repertoriar os sítios romanos do território português onde ocorreram restos de avifauna, desde a zona de Foz Côa, no Norte, até Castro Marim, no extremo sul.

Em **Adlecti inter ciuesen las colónias y municipios de Hispania** (pp. 141-154), Marta González Herrero estuda as fontes epigráficas relativas a pessoas que, tendo adquirido a cidadania romana, ela se refere a uma localidade (colónia ou município) que não era aquela de que a dita pessoa era originária. Trata-se de um artigo de alto interesse para o estudo de um aspecto importante da ordenação jurídica latina. A autora identifica para já 14 casos, tanto espanhóis como portugueses, que se inserem nesta categoria; nenhum deles é anterior ao século II da nossa era. A autora discute de seguida vários aspectos relevantes desta outorga de cidadania no mundo romano, e a política de Roma relativa ao controle destas transferências da mesma cidadania. Um trabalho, embora incidindo sobre um tema específico, de história do direito, a partir da epigrafia.

Em **Apostilas epigráficas – 7** (pp. 155-168), José d’Encarnação prossegue, por seu turno, um trabalho de avaliação e revisão de leituras epigráficas, feitas por outrem (neste caso, relativas a duas inscrições de Bobadela, Oliveira do Hospital), por um lado, e, por outro, procede também a uma proposta de alargamento do objecto da própria epigrafia, estendendo-a a “mensagens” textuais inscritas noutros suportes: por exemplo, em veículos (no caso do Brasil, mensagens apostas pelos camionistas nas traseiras das suas viaturas), ou no copo humano (a tatuagem). Parecendo ser a epigrafia tradicionalmente o estudo de inscrições feitas sobre um suporte sólido, a sua extensão ao corpo humano — embora a tatuagem possa ter grande durabilidade, procurando inscrever uma marca identitária — não deixa de fazer pensar. Na verdade, a sociologia e a antropologia têm tratado largamente do tema, pois o corpo humano foi, provavelmente desde sempre, o primordial suporte onde os signos se inscreveram. Só que, como é óbvio, não perduraram.

Em **O tesouro de Juromenha: breves notas para a história da arqueologia alto-alentejana** (pp. 169-179), Noé Conejo-Delgado e Mónica Rolo realizam um trabalho de numismática, estudando 20 moedas dos séculos III e IV da nossa era, pertencentes à coleção do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, em Vila Viçosa. Apesar da proveniência dos numismas ser desconhecida, as autoras fazem também um trabalho de indagação histórica sobre a possibilidade de tais numismas serem provenientes de Juromenha (justificando a designação relativamente recente de “tesouro de Juromenha”), e produto de escavações de Dias de Deus e de Abel Viana. Mas de facto o trabalho não é conclusivo a este respeito, por falta de documentação existente.

Em **Um carrego de abóbada na igreja quinhentista de Santo António (Aveiro, Portugal)** (pp. 181-195), Ricardo Costeira da Silva apresenta um tema que eu, francamente, desconhecia: a utilização de vasos cerâmicos nos carregos das abóbadas, neste caso da Igreja da Santo António de Aveiro, o que lhe permitiu recuperar um significativo e bem

conservado espólio datável de 1524 (pelo menos tomando esta como data da construção do monumento). Inclui recipientes de cozinha, de serviço de mesa, vasos de armazenamento, transporte e serviço, de preparação de alimentos ou relacionados com a higiene, e ainda formas de açúcar, além de contentores de armazenamento, conservação e transporte, sendo aqui de destacar 25 belas anforetas. Trata-se de uma primeira apresentação, a que o autor, na sequência das considerações finais, pretende dar continuidade.

Finalmente, em **A coleção de pesos de ferro sem forma determinada do Museu Nacional Machado de Castro** (pp. 197-208), Luís Seabra Lopes estuda uma coleção de 35 pesos de ferro pelo menos em parte (nos que estão identificados como tal) antigamente pertencentes à Universidade de Coimbra. O autor mostra que o sistema manuelino de pesos, datado de 1499, se manteve igual em termos legais até cerca de 1852, quando o país adoptou o sistema métrico decimal. Mas, apesar disso, apenas um dos pesos correspondia ao sistema legal, sendo todos os outros dissonantes, quer usando padrões estrangeiros, quer correspondendo a outros valores de peso. Como diz o autor, “deteta-se a utilização de arráteis ou libras com raízes medievais (...) em vez do arrátel legal de 16 onças.” (p. 197). Ou seja, também neste domínio havia, ao que parece, uma margem maior ou menor de “fuga à lei”, o que não deixa de ser um detalhe “picante” no remate deste belo número de revista emanada de uma Direção-Geral do nosso Estado português...

Loures, dezembro de 2018

*Vítor Oliveira Jorge*  
*IHC-FCSH-UNL*